

A Fazenda de Santa Cruz: sua importância para o comércio de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro no período joanino (1808 – 1821)

Fazenda de Santa Cruz: its importance for the supply trade of the city of Rio de Janeiro during the reign of D. João VI (1808 – 1821)

Georgia da Costa Tavares

Mestre em História Social, subgerente da Documentação

Escrita do Arquivo da Cidade

E-mail: georj2004@gmail.com

RESUMO:

Durante o período em que esteve nas mãos dos jesuítas, a fazenda de Santa Cruz foi uma das mais importantes no comércio de abastecimento do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito ao gado e à agricultura, cana, arroz, café e mandioca, por exemplo. A fazenda possuía um total de 10 léguas (seis de comprimento e quatro de largura). Grande parte das terras era utilizada para a criação de gado vacum, uma de suas principais funções. Tanto no tempo dos jesuítas, quanto no vice-reinado e no período joanino, a criação destinava-se ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro de carne verde. Em razão de sua extensão e da quantidade de currais, era aproveitada também para abrigar o gado vindo de outras capitania para ser abatido ou leiloado. Com a expulsão dos jesuítas no reinado de D. José I, sob a administração do secretário Sebastião José de Carvalho e Melo, depois conde de Oeiras e marquês de Pombal, em 1759 esta próspera fazenda passou à administração do governo português. Percebe-se, a partir de então, um nítido declínio de suas funções. Várias são as administrações, nenhuma entretanto que conseguisse alcançar a prosperidade que lhe fora peculiar durante a fase dos jesuítas. Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, a sede da fazenda passa a ter a designação de palácio e torna-se um dos locais prediletos de D. João VI, mas, assim, continua sua caminhada rumo à decadência produtiva agropastoril.

Palavras-chave: abastecimento; Rio de Janeiro, período joanino

SUMMARY:

During the period under which it belonged to the Jesuits, the fazenda of Santa Cruz was one of the most important estates in the supply trade of Rio de Janeiro, especially with regard livestock and agriculture, providing, sugar-cane, coffee and cassava, for example. The property was of ten leagues. A large part of the land was used to raise cattle, which was one of its main purposes. This was intended to supply the city of Rio de Janeiro with beef both during its tenure by the Jesuits and during the Vice-Royalty and the reign of D. João IV. Due to its size and the capacity of its cattle pens, it was also used to house cattle arriving from the other capitarias (captaincies) to be auctioned or slaughtered.

Following the expulsion of the Jesuits during the reign of D. José I, the administration of this prosperous estate transferred to the Portuguese government in 1759, under the management of the secretary Sebastião José de Carvalho e Melo, subsequent to that of Count de Oeiras and the Marquis de Pombal. A clear decline in its potential is evident as of this date, and despite several different managements, none were able to achieve the prosperity that had marked the Jesuit administration. With the arrival of the Portuguese Royal Family in Brazil, the homestead was designated as a palace and became one of D. João VI's favourite residences but, nevertheless, continued to decline as a productive agricultural holding.

Key words: supply, Rio de Janeiro, reign of D. João VI

Localização geográfica e constituição da fazenda

A Fazenda de Santa Cruz data do início do século XVI, e foi constituída da seguinte forma: uma parte por meio de doação e a outra por compra pelos jesuítas. A parte doada pertencia primeiramente a Cristóvão Monteiro, que conseguiu as terras graças a uma requisição feita por ter combatido os franceses até a sua expulsão. Foi concedida por Pero Ferraz, lugar-tenente de Martim Afonso de Souza. Tendo Cristóvão Monteiro falecido, registrando ainda em vida a vontade de doar as ditas terras aos jesuítas, teve sua vontade cumprida por sua esposa, Marquesa Ferreira, em 1589, doadora de metade das terras que lhe foram então deixadas por herança. Em 1616, foram anexadas a estas mais terras compradas pelos jesuítas, um terreno contíguo a Guaratiba, que pertencia a Jerônimo e Manuel Veloso, herdeiros de Manuel Veloso de Espinho. Em 1654, o Colégio do Rio comprou três léguas de terra na cabeceira do Rio Guandu, pertencentes a Tomé Correia de Alvarenga, e dois anos depois compradas outras três léguas, junto às anteriores, a Francisco Frazão de Sousa. Desta maneira, foi constituída a fazenda de dez léguas de terra em quadra, que ia desde Guaratiba, junto ao litoral, até a serra dos Matacães, em Vassouras.

Possuía, assim, privilegiada posição, com testada para a baía de Sepetiba, o que possibilitava o transporte de produtos por mar até a baía de Guanabara. Suas terras também eram cortadas por rios como o Guandu e o Guandu-Mirim, fato que viabilizava a prática da cabotagem, além de estar situada, em grande parte, dentro da mata Atlântica. Por terra, ligava-se à cidade por uma longa trilha que começava em São Cristóvão, indo pelo que hoje seria a rua São Luiz Gonzaga, seguindo pela avenida Suburbana (atual D. Hélder Câmara) até o largo do Campinho, dali pela estrada Intendente Magalhães, passando por Realengo, Bangu, Santíssimo, Santo Antônio do Juari, em Campo Grande, e daí até o seu final.

De acordo com Corcino de Medeiros (SANTOS, 1965, p.21) a estrutura fundiária do Rio de Janeiro não foi caracterizada por grandes latifúndios, mas sim por pequenas e médias propriedades agrárias. Entre as exceções encontram-se a Fazenda de Santa Cruz, juntamente com três outras, no Distrito de Campos, e as terras do visconde de Asseca, estas últimas aforadas em unidades menores. Ao que consta, as terras da fazenda foram, em sua maioria, aproveitadas para a pecuária, contando no período jesuítico com 22 currais.

Colocando a passagem da fazenda em um campo mais amplo ideologicamente, observamos que a tomada dos bens dos jesuítas pelo governo português seguia as práticas da política regalista, baseando-se na filosofia que procurava laicizar o Estado, levando a Companhia de Jesus a ter sua expulsão decretada em 1759 e seus bens passados às mãos do Estado. Estavam sob o controle da Igreja, até então, a educação, a família, a produção literária e cultural. Mas, a briga não acontecia somente no campo ideológico, visto que a política jesuítica indigenista dos aldeamentos acarretava uma rixa com os colonos que queriam escravizar os índios.

É preciso deixar claro, no entanto, que apesar de muitas vezes não permitir a escravização dos índios pelos colonos, isto não significava que os jesuítas não se utilizassem de seu trabalho. No campo material, a Companhia era uma considerável proprietária de terras o que, logicamente, atrapalharia as reformas por parte do governo.

A fazenda dentro do comércio de subsistência do Rio de Janeiro

Como relatado anteriormente, a Fazenda de Santa Cruz foi um dos poucos latifúndios existentes no Rio de Janeiro. Dentro de tamanha extensão de terras, a atividade mais desenvolvida era a pecuária, tornando a fazenda uma importante fornecedora de carne verde desde os tempos da administração jesuítica. Deve ser levado em consideração que, no período estudado, não havia como conservar a carne fresca por muito tempo, e que viagens longas de uma capitania à outra certamente fariam com que o produto se estragasse. Por vezes, enviava-se o animal vivo para engorda e abate dentro da fazenda, ou para ser vendido e abatido nos talhos da cidade. Neste último caso, mostra-se mais uma faceta de aproveitamento da fazenda que servia para “estocar” os animais, vindos em sua maioria de Minas Gerais ou de São Paulo.

Minas Gerais, entretanto, nem sempre foi um centro de produção de gêneros destinados à subsistência, iniciou-se nesse setor com a descoberta de ouro em suas terras e desenvolveu-o com o declínio da área mineradora. Se, no oitocentos, Minas Gerais vai auxiliar no provimento alimentar do Rio de Janeiro, enviando para lá suas mercadorias, no setecentos o fluxo mostra-se invertido. E não só essa região cresceu como trouxe consigo mudanças consideráveis, como o aumento do movimento no porto do Rio de Janeiro, acarretando o crescimento do volume das exportações e, principalmente, importações, e da entrada de pessoas, incluindo escravos.

Com o declínio da mineração, o setor econômico da área mineradora voltou-se para agricultura de subsistência, especialmente ao Sul, estruturando então o que Fragoso e Manolo chamaram de verdadeiro complexo agropecuário (FRAGOSO E FLORENTINO, 2001, p. 79). Algumas pessoas migraram também para o vale do Paraíba do Sul, por causa do início da cultura do café, distribuindo-se em dois grupos principais: posseiros, que se voltaram para pequenos roçados, contribuindo para o comércio miúdo de primeira necessidade, e os mais favorecidos, que pleiteavam terras, em troca de serviços públicos já realizados ou a realizar, como a abertura ou melhoria de estradas, e que se destinavam ao fornecimento de alimentos para tropas e tropeiros, pastagens para animais ou pousos e vendas. Havia, ainda, os ocupantes que promoviam relações inter-regionais entre as zonas produtoras mineiras e o mercado consumidor do Rio de Janeiro.

Até início do século XIX, era proibida a abertura de estradas com o intuito de coibir o tráfico de ouro e diamantes, mas algumas poucas foram abertas pelos padres jesuítas, como a que fazia a ligação entre a sede da fazenda de Santa Cruz e a Quinta da Boa Vista,

outras eram abertas pela população para atender às suas necessidades e, na maioria das vezes, consistiam em trilhas ou picadas. A única via oficial que existia era o Caminho Novo, que ligava o Rio de Janeiro ao sul de Minas, embora através de variantes desse acesso também a São Paulo. Durante muitos anos, o fluxo de alimentos vindos de Minas e de São Paulo para o Rio passava por esse caminho, mas, conforme a necessidade foi aumentando, novas rotas foram sendo construídas.

Com a chegada da família real, e a necessidade de interligação do território, é suspensa a proibição da abertura de estradas. Em 1812, foi dado início à abertura da estrada do Comércio, que passava entre as regiões de Vassouras e Pati, servia ao porto do Comércio, à beira do Paraíba, e atingia o porto dos Índios, às margens do Rio Preto. Em 1817, a estrada ainda não estava totalmente pronta, mas já permitia que se trafegasse, pois contava então com 22 léguas e meia (LENHARO, 1992, p. 48 e 49).

Construiu-se, também, a estrada da Polícia, que percorria o mesmo trajeto da estrada do Comércio até Iguaçu, para quem vinha do Rio, partindo daí para Sacra Família, Vassouras, atingindo Valença e estendendo-se até o presídio do Rio Preto, às margens do rio de mesmo nome. E ainda a estrada Real Rio-São Paulo concentrando produtos que vinham do sul de Minas e mercadorias vindas de São Paulo, inclusive gado vindo do Sul, em especial dos Campos Gerais.

Além de Minas Gerais e São Paulo, o Rio de Janeiro possuía outra importante parceria, a região Sul do país de onde eram enviados sobretudo charque e trigo, por meio do comércio de cabotagem.

Segundo Alcir Lenharo:

Evidencia-se o acanhamento das fontes abastecedoras do mercado carioca através das providências que o príncipe regente recomendou antes de se instalar no Rio de Janeiro. Ordens foram expedidas para os portos e capitâncias mais próximos do Rio de Janeiro para socorrer a cidade de mantimentos. O gado e os porcos remetidos livremente pela população deviam ser encaminhados à fazenda de Santa Cruz onde o regente disporia, de acordo com as necessidades, das doações acumuladas (LENHARO, 1992, p. 34).

Tendo em vista que a fazenda foi, pela Carta Régia de 16/10/1761, confiscada aos jesuítas e incorporada aos bens da Coroa, e que, segundo Antonil (que editou sua obra em 1711) as criações de gado dos jesuítas haviam chegado a 15 mil; e ainda que, de acordo com Serafim Leite, em 1742 a fazenda possuía 7.658 de gado bovino, 1.140 equinos e 200 ovinos, fica visível então que no espaço de tempo entre o confisco da fazenda e a chegada da família real ocorreu uma significativa baixa no rebanho, a ponto de o príncipe regente ter que pedir donativos à população e às capitâncias vizinhas.

Após 1808, o mercado interno tende a se desenvolver com o aumento demográfico da população, pois com a vinda da família real o foco é invertido e o Brasil passa a ser o centro do governo português. Entretanto, não é esse fato em si que altera a vida no cenário carioca,

mas os acontecimentos que decorrem dele, como a elevação do Brasil a Reino Unido, a revogação da proibição das manufaturas no Brasil e, mais adiante, a Abertura dos Portos às Nações Amigas. Com o aumento demográfico, certamente o mercado interno de subsistência teve que se desenvolver, se dinamizar, mas a base da economia brasileira continuava fundamentada no latifúndio monocultor para exportação.

Deve-se salientar que em uma economia predominantemente voltada para a agricultura de exportação, calcada em grandes propriedades e na monocultura, a fazenda mostra-se como exceção pois é utilizada para a policultura e para a criação de gado vacum, equino e caprino, diversificando desta forma as atividades desenvolvidas dentro dela. A agricultura tinha entre os principais produtos o arroz e a cana-de-açúcar, os quais, além de servirem para consumo próprio, eram também dados à arrematação, no caso da cana em forma de açúcar e pipas de aguardente, pela Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda da Capitania.

Outro produto que parecia ter bastante destaque era o café, colocado para arrematação em quantidades significativas. Em um edital da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro, datado de 15 de março de 1805, colocam-se 42 arrobas; em outro, de 20 de agosto do mesmo ano, 60 arrobas (1). O café aparece ainda como produto exportado para Portugal, como demonstra um aviso ao chefe de Esquadra Intendente da Marinha(2) em que se manda aprontar 140 arrobas para a cidade de Lisboa, datado de 25 de janeiro de 1806, e enviado pelo primeiro barão e visconde de São Lourenço, Sr. Francisco Bento Maria Targini, conselheiro de Estado e membro do Conselho da Fazenda.

Logicamente que, além desses, outros gêneros eram cultivados para consumo próprio da fazenda, como era costume nas fazendas jesuíticas. Quando ainda pertencia aos padres, a fazenda possuía pomares e hortas, cultivadas por negros e índios. Alguns alimentos, dos quais muito se valeram os padres do conhecimento indígena, foram introduzidos em seus roçados, como a mandioca e o milho.

Além de abastecer a cidade de carne verde, a fazenda colocava para arrematação peles e couros de boi, meia sola, peles de carneiro e cabras e mesmo os próprios animais. Para uso da fazenda produziam, ainda, laticínios.

Com a descrição elaborada por Serafim Leite e Antonil, destacando a fartura e infraestrutura da fazenda, torna-se pesaroso observar o quanto o potencial produtivo da fazenda já estava comprometido quando da chegada de D. João. Com efeito, em 1808, algumas partes da fazenda já haviam sido alienadas, como os engenhos de Taguahi (sic) e Piauhy (sic) que foram repassados em 1806; assim também parte da escravaria já havia sido vendida, alugada ou havia fugido; os roçados foram sido deixados de lado, como demonstra o edital para arrematação da lancha denominada Santa Anna e São José “por não ser preciza para a condução dos effeitos que vinhão da Fazenda de Santa Cruz”, datado de 1806.(3)

Como descrito anteriormente, as rotas entre o litoral e o sertão, que serviam de ligação entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, foram surgindo conforme a necessidade. Segundo

Léa Q. C. Peixoto (1951, p. 20, 21 e 27), as primeiras rotas foram as trilhas utilizadas pelos índios Guaianazes, mais tarde foi aberto um outro caminho, a pedido do rei D. João V a Luiz Vahia Monteiro, então governador da Capitania do Rio de Janeiro, para evitar os ataques dos corsários que infestavam o golfão angrense. Esse caminho, partindo do Rio de Janeiro, passava pela Fazenda de Santa Cruz, seguia por S. João Marcos, Bananal, S. José do Barreiro e Areias, daí pela margem direita do Paraíba, atravessava-o no porto da Conceição e, do Registro da Mantiqueira, chegava a Capivari, em território mineiro.

Com a premência em diminuir o tempo da viagem, em razão do aumento do fluxo de mercadorias e da produção aurífera, construiu-se então um novo caminho que, ainda de acordo com Léa, segue o seguinte itinerário: partindo da Borda do Campo atravessava a Mantiqueira pela garganta de João Aires, daí a João Gomes, Chapéu d'Uvas, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Três Irmãos, Paraibuna, cortando em direção ao Rio Paraíba, no trecho onde hoje é a cidade de Três Rios. Nesse local, bifurcava-se o caminho, seguindo um ramo para Barra do Piraí, onde começava a descer a Serra do Mar, em direção a Macacos, Inhaúma, Pavuna e Penha, sendo que esse, como informa Léa, na opinião de Diogo de Vasconcelos, apoiado por Moacyr Silva, era o verdadeiro Caminho Novo, mas nem Antonil, nem Capistrano de Abreu, estudando o roteiro de Garcia Rodrigues, se referem a esse trajeto. O outro ramo tomava o vale do Piabanga, passava pelo sítio do padre Corrêa, chegava ao alto do Córrego Seco (Petrópolis) descendo então a serra da Estrela e chegando à cidade do Rio de Janeiro, que parece ter sido o mais antigo e frequentado.

Apesar da proibição, outros caminhos continuavam a ser abertos pela população, os mais utilizados eram os que seguiam pela serra e que, a certa altura, acabavam encontrando o Caminho Novo. O antigo caminho, que passava pela fazenda, ficou sendo menos utilizado como rota de comércio entre Minas e Rio de Janeiro. Porém, ao que parece, o caminho “antigo” continuou a ser utilizado como escoadouro para o que vinha do Sul e de São Paulo. A Fazenda de Santa Cruz servia nessa rota como um local onde os condutores de gado os deixavam antes de chegar ao Centro da Cidade do Rio de Janeiro, não só para descansar da viagem, mas também para engordar, como demonstra o trecho de uma carta enviada ao conde da Barca, em 1816:

Diz Luiz Carlos Teixeira do Termo da Cidade de São Paulo que elle suplicante fez conduzir para o consumo desta cidade quatrosentos e secenta e dois bois, e porque xegando estes desfeitos pela sua longetude, determinou os deitar a pasto na Real Fazenda de Santa Cruz para que depois de nutritos dispor nesta corte (...) (4).

Apesar de movimentados, os caminhos utilizados não eram nem um pouco confortáveis ou mesmo seguros, a administração pública pouco cuidava da conservação das estradas como afirma Léa Quintiere (PEIXOTO, 1951, p.27), o que, com certeza, deve ter ocasionado prejuízos aos comerciantes. Porém, se ocasionaram algumas perdas renderam também bons lucros, como mostra Júnia Ferreira Furtado:

Na estratégia de expansão dos negócios, várias casas de comércio da corte, algumas já estabelecidas no Rio de Janeiro, enviaram seus representantes para os novos achados auríferos para que vendessem mercadorias e, se possível, estabelecessem casas comerciais. (...)

O comércio com as Minas era rendoso. (...) Dos Currais de Paranaguá, da Bahia e do Rio das Velhas, vinham as boiadas e as cavalgaduras; do porto do Rio de Janeiro vinham comestíveis, roupas, armas, bugingangas que chegavam do reino e da Europa e, da África, os escravos (FURTADO, 1999, p. 198).

De fato, o comércio com as minas tornou-se tão importante para o Rio de Janeiro que não seria exagero afirmar que o crescimento e desenvolvimento da cidade foi significativamente acelerado por ele, tanto demográfica quanto comercialmente. Tendo os portos como destaques principais e, conjuntamente com esses, os caminhos, mesmo os que não eram oficiais, cresceram em importância em relação às outras capitâncias. Um dos indicativos principais dessa importância foi a transferência da capital da Colônia, em 1763, de Salvador para o Rio.

Logicamente que este crescimento não favoreceu somente o Rio de Janeiro e sua área central. Minas Gerais desenvolveu-se em bases sólidas, mesmo que assentada na extração aurífera. As cidades que foram fundadas no apogeu da mineração não deixaram simplesmente de existir com o fim do período. É interessante notar que exatamente da necessidade de produzir para consumo próprio, em razão da grande distância que separava o centro produtor (Rio) do centro consumidor (Minas) e da impossibilidade de transportar gêneros como frutas, verduras, hortaliças e mesmo carne verde, surgem fazendas criadoras de gado e propriedades com plantações. E são as fazendas de gado e plantações que vão manter a economia mineira quando a extração do ouro entrar em declínio. Nesse segundo momento, inverter-se-ão as posições e Minas passará a centro produtor, enquanto o Rio passa a ser consumidor. Mesmo durante o período da mineração, Minas já enviava, para ser vendido no Rio, produtos como queijos, toucinhos e marmelada.

Surgiram também povoados, vilas, cidades ao longo das estradas, graças a esse intenso fluxo comercial. Léa Quintiere assim coloca:

Além da grande importância econômica, os caminhos para as Minas exerceram também relevante papel social através do povoamento (...)

Ao mesmo tempo que os caminhos avançavam eram os terrenos marginais divididos em sesmarias e distribuídos com o fito de povoar a região e manter a comunicação (PEIXOTO, 1951, p.35).

Com o esgotamento da mineração ocorre o fenômeno da emigração. Segundo Léa Quintiere (PEIXOTO, 1951, p.36), famílias inteiras com seus escravos mudaram-se, tendo duas direções principais: uma para São Paulo e outra para o Rio de Janeiro – principalmente

para o vale do Paraíba. Ainda de acordo com Léa, começa nessa época o povoamento efetivo das regiões limítrofes do Rio de Janeiro e Minas, sendo que as famílias que se estabeleceram nessas áreas desenvolveriam a cultura do café.

Porém, no Rio de Janeiro, não só na região do vale do Paraíba foi cultivado o café. A Fazenda de Santa Cruz é prova, e um exemplo disso são os editais lançados pela Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda da Capitania do Rio de Janeiro, anteriormente citados. De acordo com Benedicto Freitas (FREITAS, 1985, V.3), a cultura deste produto foi bastante duradoura, pois ainda em 1888 fazia-se a colheita e em grande quantidade.

João Fragoso e Manolo Florentino (2001, p. 79) descartam o abastecimento do Rio por meio de importações. Segundo eles, os produtos importados eram em sua maioria têxteis, vidros, manufaturados de metais, vinho, bacalhau, especiarias. Dão como certo que alimentos como a mandioca, o milho, o feijão, o charque e a carne de porco eram produzidos na própria Colônia.

Dentro desta afirmação, certamente a Fazenda de Santa Cruz teve participação importante como fornecedora de alimentos. E, ainda de acordo com Benedito Freitas (1985, V.3), o carro chefe da agricultura teria sido a mandioca, lavoura que ficou prejudicada com a venda das terras do engenho do Piauhy, por não haver na fazenda terras que se igualassem destinadas ao seu cultivo.

Ao chegar à fazenda, D. João a teria encontrado já bastante modificada em relação ao tempo em que foi confiscada, os engenhos de Piauhy e Taguahi já haviam sido vendidos, outra boa parte das terras tinham sido aforadas, os currais não possuíam a mesma quantidade de gado e nem a mesma infraestrutura. A boa ou má rentabilidade dependia, então, de quem estava à frente de sua administração, principalmente na época dos vice-reis. A fazenda, no entanto, jamais deixou de produzir, passando por momentos de maior ou menor aproveitamento.

A administração da fazenda no período joanino

Nos anos em que D. João esteve no Rio de Janeiro era a fazenda um de seus locais prediletos. Ele implantou algumas medidas visando melhorias. Já em 1808 são descritos os principais cargos geridos para cuidar da administração da Fazenda de Santa Cruz. Criou-se uma superintendência especialmente para ela, sendo os principais cargos: superintendente, 1º e o 2º administrador, 1º e o 2º escriturário.

Nos anos entre 1808 e 1815, esteve como superintendente o deputado Leonardo Pereira de Vasconcelos. Por sua vez, John Mawe, um inglês que, a convite do conde de Linhares visitou Santa Cruz, elaborou um relatório a respeito da fazenda. D. João, tendo gostado do relatório, fez com que Mawe aceitasse o cargo de 1º administrador. Foi sua a iniciativa do fabrico de manteiga na fazenda, desenvolvendo ainda mais a produção de laticínios. Mawe, entretanto, não permaneceu por muito tempo na função, foi destituído a pedido do

superintendente que, juntamente com o segundo administrador, fez o possível para atrapalhar os trabalhos do inglês. Para ficar em seu lugar foi convidado um outro inglês de nome Samuel Bennet, agricultor especializado, vindo de Londres em 1811. Foi, segundo Benedicto Freitas, admitido a título experimental também pelo conde de Linhares. Bennet, ao que parece, agradava ao superintendente e recebeu desse a indicação para que ficasse com o cargo de administrador, como mostra trecho do ofício enviado por Leonardo Pinheiro de Vasconcellos ao conde da Barca, em janeiro de 1815:

Ponho na presença de V.Ex^a, como hontem me ordenou, a cópia dos ofícios, que em data de 26 de setembro e 10 de outubro de 1811 levei ao conhecimento de S.A.R. pela Secretaria de Estado dos Negócios do Brazil, prondo no primeiro a Samuel Bennet para Administrador da Fazenda de Santa Cruz; e no segundo as condições com que deveria ser aceito e obrigações que ficava responsável.

Para estas propostas me impellirão a incapacidade das pessoas que se achavão na Administração da dita Fazenda; e me parecer inteligente o dito Bennet, segundo mostrou em pouco tempo que esteve na dita Fazenda (...) (5).

Ainda assim, Samuel Bennet também não ficou muito tempo à frente da administração, por considerar o cargo sem grande lucratividade. Com a sua saída, foi colocado no cargo o então segundo administrador, João Fernandes da Silva que, na ocasião da dispensa de Leonardo do cargo de superintendente, exercia também a função de tesoureiro.

Sobre a administração de Pinheiro de Vasconcellos, Benedicto Freitas relata o seguinte:

De sua desastrosa passagem pela Superintendência, disse o Coronel Cordeiro Alvim, que subordinou-se a um único sistema: desordem e intriga, desde o início de seu governo, promovendo a mais completa desunião quer entre funcionalismo, quer entre moradores. Com relação à Fazenda, ainda em seu vigoroso relatório, aquela acatada personalidade mostrou a D. João seu verdadeiro estado: abandonada, com sua produção paralisada totalmente, inexistência de escrituração, embora o decreto de sua criação mandasse adotar todos os livros indispensáveis à sua perfeita organização (FREITAS, 1985, V.3).

Utilizando-se do mesmo ofício citado anteriormente, escrito por Pinheiro de Vasconcellos, notamos que ele tinha consciência de como andava sua administração e das querelas levantadas em função dela. Em outro trecho, ele descreve:

(...) o desejo de o servir bem (S.A.R.); venha atirar de todas estas minhas fadigas o triste resultado de intrigas com que se quer delustrar a minha reputação perante o soberano, e feitas por aquelles mesmos que S.A.R. tem determinado para cooperarem comigo em esses mesmos serviços (...).

A muito que tenho conhecido o deliberado ânimo dos administradores e escrivão da Fazenda de Santa Cruz para este resultado capacitados de que era o meio de poderem conseguir não das contas, nem ter a escripturação prompta, no que eu continuamente os

apertava; huns porque disso tirão proveito; outros por desleixo, inaptidão; outros finalmente para não sofrerem um superior que lhes note a falta de suas obrigações na suposição de que não terão outra naquella fazenda. (...)

Posto nestas circunstâncias, e vendo já sem remédio a insubordinação dos empregados, vou rogar a V.Ex^a o favor de procurar pôr na Augusta presença de S.A.R. todos estes meos desgostos do mais brando e melhor modo(...)(6).

Dois pontos ao menos parecem estar em comum nos relatos de Vasconcellos e Cordeiro Alvim: o de existir naquele momento uma grande desorganização na parte administrativa da fazenda e o de vigorar uma séria discordância entre as pessoas que estavam à frente dela. O próprio ofício enviado por Vasconcellos levanta algumas dúvidas sobre seu efetivo controle administrativo e mesmo o modo como ele administrava. Fatos como os livros de escrituração não estarem de acordo, ou mesmo a admissão de proveitos tirados em função disto por outras pessoas, levam a crer numa administração omissa.

Em uma correspondência escrita por Pinheiro de Vasconcellos, datada de junho de 1812(7), após constatar as péssimas condições da estrada da Serra de Taguahy, por onde desciam tropas vindas de São Paulo e de Minas Gerais, em função de uma viagem feita, ele pede aos cofres públicos a quantia mensal de 200 mil réis. Esta quantia, segundo ele, serviria para custear os reparos na estrada “por onde diariamente se conduzem os víveres para abastecer a capital, e se faz o comércio das duas Capitanias referidas”, e que se faria sem maior detimento dos ditos cofres. Pois bem, entre os anos de 1813 e 1815, esta quantia é enviada mensalmente à fazenda e entregue ao administrador e tesoureiro João Fernandes da Silva. Em portaria expedida em 27 de junho de 1815, o príncipe regente ordena que se recolham aos cofres públicos os 600 mil réis que restaram do conserto da estrada e que se achavam em poder do tesoureiro da Real Fazenda e, ainda, que mandassem devolver também os dezenove escravos pertencentes à Real Junta do Comércio então em poder de Mathias Ramos, que, de acordo com Benedicto Freitas, era um prestigioso lavrador. Na gestão de Rio Seco, Mathias Ramos iria administrar a Feitoria de Santarém.

Levando-se em consideração ainda o relatório elaborado por Francisco Cordeiro da Silva Torres, tenente-coronel graduado do Real Corpo de Engenheiros, datado de 15 de dezembro de 1815, assim como os de Cordeiro Alvim e o do próprio Vasconcellos, vemos novamente destacadas a falta de organização e as querelas entre os dirigentes como principais causas da degradação da Real Fazenda. A partir dessas informações, podemos ter uma dimensão fidedigna de como estava a fazenda quando da saída de Pinheiro de Vasconcellos:

(...) Porque sendo incumbido cada hum de seu ramo procura todos os modos de o desempenhar sem atender aquelles que são da incumbência de outrem, e toda sua falta nos meios que tem a sua disposição, imputa a quem pello mesmo motivo faz outro tanto na sua repartição: daqui nascem queixas, malquerenças e até insultos; e quando cada hum vê que não pode ficar bem da sua empresa, intuita ao menos que outros também

o não fiquem, o que é sempre fácil, por que para estrovar todos tem habilidade. Existindo esta desordem, que me parece fluir, como disse, da natureza mesmo do plano da administração actual (...) (8).

Francisco Cordeiro demonstra a situação de abandono em que se encontrava a fazenda então, relatando - com o conhecimento de quem havia passado dois anos no local e colocava na (má) administração a responsabilidade pela sua decadência -, o estado das coisas. Cordeiro atenta para os malogros da escravaria, já que grande parte, a essa altura, já havia se evadido; para o descaso com as roças de plantio e mesmo com o gado e os currais, que sempre foram o carro-chefe de Santa Cruz. Diante de tão caótica situação, ele propõe que seja colocada outra pessoa à frente da fazenda e sugere algumas obras de reparo e soluções para alavancar novamente a produção agropastoril.

Sendo indubitável que da falta de unidade no mando e por conseguinte divergência de forças, deriva a decadência desta Real Fazenda, ocorre imediatamente a necessidade de pôr à testa dela um homem que merecendo a confiança de S.A.R. pelos seus conhecimentos, zelo e probidade, seja do responsável por todo o resultado da sua administração e por consequência munido de autoridade para fazer-te respeitar e obedecer por todas as suas ordens. (...) (FREITAS, 1985, p. 80).

Um ponto interessante é que, no relatório, Francisco Torres faz menção aos métodos utilizados pelos jesuítas para gerir a fazenda e aconselha que fossem seguidos.

Leonardo Pinheiro de Vasconcellos deixou a Superintendência da Fazenda de Santa Cruz em 1815, e o cargo só foi novamente preenchido em 1817, pelo visconde do Rio Seco, ficando a direção nesse período sob os desígnios do marquês de Aguiar, e diretamente subordinado a ele o então 1º administrador, João Fernandes da Silva.

Durante o período de vacância da Superintendência, ocorreram a instalação de uma fábrica de tecidos, a abertura de valas, como sugere o relatório de Francisco Torres, e a construção do Aldeamento dos Espanhóis, como demonstram os resumos das despesas de alguns meses da fazenda, o que evidencia a preocupação em se fazer uma recuperação. No ano de 1816, foram enviados, ao 1º administrador, apontamentos das ordens a serem cumpridas encaminhados pelo conde da Barca e entre elas está a construção de um hospital no chamado sítio do galinheiro, planejado por Francisco Cordeiro (infelizmente não especificado se Francisco Cordeiro da Silva Torres ou Francisco Cordeiro Alvim), sendo para isso pedido que se enviassem todos os carpinteiros escravos da casa e aprendizes, à exceção somente dos que fossem indispensáveis. Recomendou-se, também, que todas as telhas e tijolos deveriam ser fabricados nas olarias, evitando assim que fossem comprados, que se reforçassem as taipas do Guandu, por causa da época das cheias, e que fosse concluído o curral nove para o gado que estava para chegar. Essas são demonstrações, portanto, de um início de reerguimento.

Com a posse do visconde do Rio Seco no cargo de superintendente, tem-se a continuidade das obras com um pouco mais de intensidade e que por isso ficou conhecida como a grande reforma, a começar pelo palácio que precisou ser reformado por não se encontrar em boas condições e também por causa do casamento de D. Pedro com D. Leopoldina.

A respeito do visconde do Rio Seco à frente da fazenda, Benedicto Freitas relata o seguinte:

Com Rio Seco à frente, conheceu então a Superintendência de Santa Cruz, a mais fecunda gestão de sua existência, sobretudo devido à sua iniciativa pessoal, adiantando fortes somas de seu bolso, para execução dos serviços dos empreendidos, dentro de seu conhecido “plano quinquenal” (...) Encontrando o valioso estabelecimento quase arruinado, iniciou sua total reorganização, possibilitando verdadeira ressurreição em todos os setores. (...) Foi ele quem elaborou um completo sistema de escrituração, o que desde a saída dos jesuítas não se fazia, pagou todos os empregados, cujos ordenados estavam atrasados trinta meses, e outras dívidas antigas; fundou as feitorias de Perí-Perí, Bom Jardim e Santarém, instalando-as à sua custa (...) Estabeleceu normas para reanimar a lavoura e a indústria, além de um sem número de providências para regularizar muita coisa que andava errada. Não querendo deliberar sozinho sobre assuntos complexos que envolvia a vida da Fazenda, constituiu uma comissão sob sua presidência, composta pelos tenentes-coronéis engenheiros Francisco Cordeiro Torres Alvim e Elziário de Miranda Brito e sargento-mór Guilherme Cristiano Feldner (...) (FREITAS, 1985, p. 80).

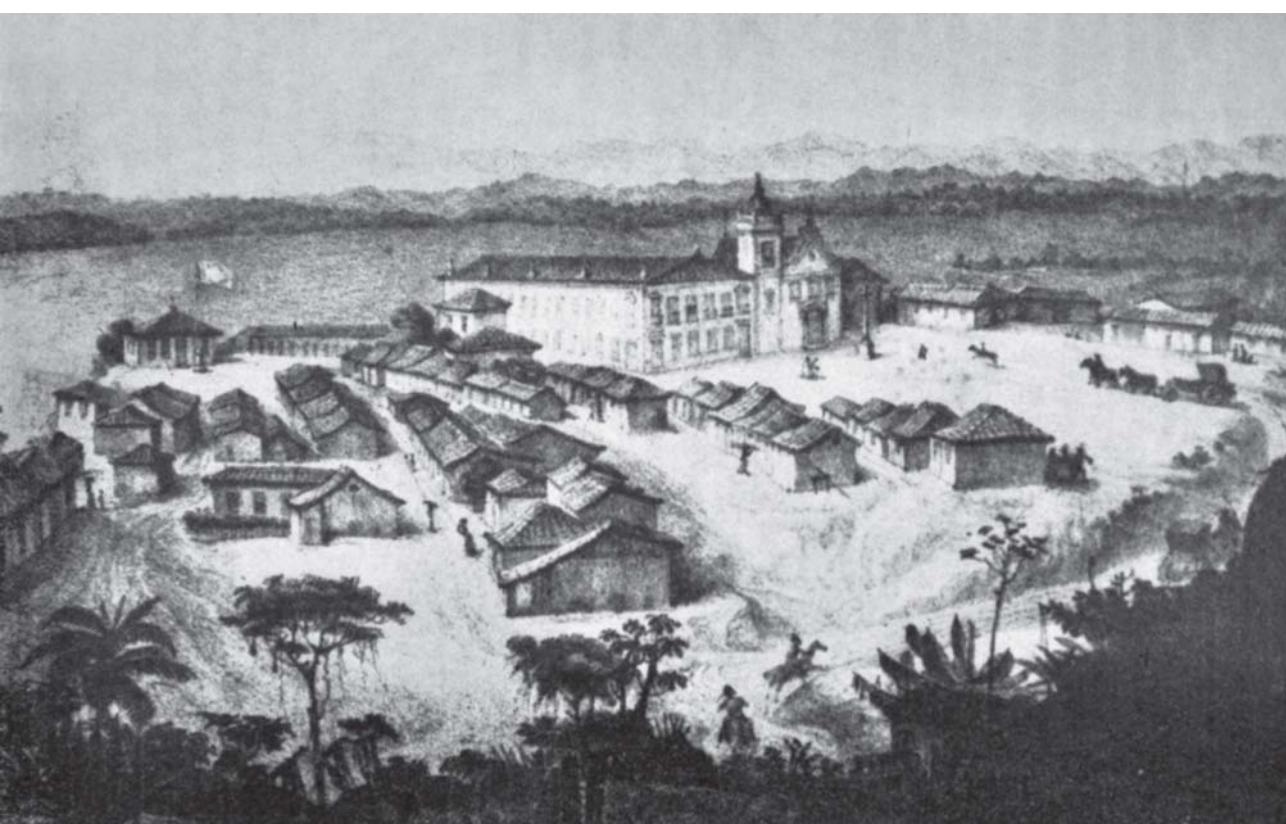
As feitorias dedicavam-se praticamente ao cultivo de café (Santarém); arroz, milho, cana-de-açúcar e mandioca (Bom Jardim); e a extração de madeira (Perí-Perí). O gado também recebeu atenção, como demonstra relatório do próprio Rio Seco, no qual ele pede para não matar garrote, rês que indique moléstia, ou vaca sem o conhecimento do encarregado do campo. O gado continuava sendo fonte de renda para a fazenda e as instruções, nesse caso, eram para que a conta da carne vendida fosse acompanhada do dinheiro e, toda noite, entregue ao 1º administrador. O cuidado em não se abater fêmeas e bezerros demonstra a preocupação em se conservar e aumentar o rebanho que, a essa época, em razão da desastrosa administração anterior, não deveria contar com o seu maior número de cabeças. Ressalte-se que as fêmeas forneciam leite para o fabrico dos laticínios.

Apesar das instruções e dos cuidados tomados, esses não se mostraram suficientes para reerguer o gado de corte, como possuía a fazenda outrora. Benedicto Freitas também informa que considerava o renascimento produtivo da fazenda uma necessidade inadiável para o comércio de abastecimento do Rio de Janeiro colonial, seja no fornecimento de carne ou produtos agrícolas, ou ainda servindo como local de descanso e engorda para os animais vindos em tropas de Minas Gerais e de São Paulo. Essa última faceta foi de grande utilidade, visto que a fazenda ficava exatamente na rota chamada de “Caminho Velho” e que servia

para enviar e receber gêneros alimentícios, especialmente no período da descoberta do ouro e ocupação das minas.

Quando ocorre a decadência da mineração o fluxo comercial se inverte e o Rio passa a enviar gêneros para Minas, mas a esta altura o caminho mais utilizado era o chamado Caminho Novo, as consequências disto são que a ocupação e o desenvolvimento das terras ao longo e ao redor dos novos caminhos que passavam pela serra se deram mais rapidamente, uma prova dessa afirmação é a migração de famílias para o Vale do Paraíba e o desenvolvimento da cultura do café. Com a vinda da Corte e o estímulo à abertura de novas estradas e a oficialização das já existentes que passavam pela Serra de Petrópolis e encurtavam a viagem em dias, o Caminho Velho passa então a ser menos procurado e fica sendo utilizado praticamente por tropas vindas de São Paulo e do Sul. Com isso, a fazenda é de certa forma tirada fisicamente do centro das relações comerciais entre as capitâncias.

Com o desenvolvimento do Rio de Janeiro foram surgindo também outros polos de fornecimento agrícola na capitania, e eram enviados para cá também de outras regiões produtos que auxiliavam no abastecimento, como o charque que vinha do Sul. Sem contar



Aquarela de Debret, circa 1818. A Fazenda de Santa Cruz, o convento, a igreja, e as senzalas.

ainda com outro feito importante de D. João: a Abertura dos Portos às Nações Amigas. Com isso, o Rio de Janeiro passou também a receber imigrantes e a desenvolver seu comércio interno, o que impulsionou também o próprio crescimento da cidade. A partir daí as relações comerciais no Rio irão se dinamizar. A fazenda vai então perdendo gradativamente sua importância e passa então a conviver com a presença de outras vias de se prover a Corte.

Aliado a esses fatores temos também o descaso com que foi tratada por alguns de seus administradores. Durante anos, desde que passou a patrimônio do Estado foi vítima de pilhagens e abandono por parte de alguns que não tiveram um comprometimento em manter a produção ou mesmo estimulá-la, como nos casos em que esteve nas mãos de Domingos Furtado de Mendonça, no período de Vice-reinado, ou nas de Leonardo Pinheiro de Vasconcellos, já no período joanino. É de se estranhar no entanto, que sendo D. João VI tão afeiçoado à fazenda e que por várias vezes nela se instalasse durante alguns meses do ano, não haja percebido o estado de degradação no qual estava inserida a propriedade, e tenha demorado tanto para retirar da frente administrativa o superintendente Leonardo Pinheiro de Vasconcellos. Fica claro que as rixas ocasionadas durante a gestão deste prejudicou bastante o legado da fazenda e o trabalho a ser executado em todos os setores.

Fica comprovado que os anos em que foi maltratada, a fazenda jamais os recuperou por inteiro, mesmo quando esteve à sua frente bons administradores, como o visconde do Rio Seco, comprometidos com o desenvolvimento dela. Apesar de todo o trabalho executado jamais houve novamente a produção alcançada na época jesuítica.

Todo o período em que passou sendo alvo de incompetência administrativa, podaram consideravelmente seu potencial produtivo. Fica a ideia de que toda a sua área poderia ter sido bem melhor aproveitada, tanto a produção agrícola quanto a pastoril, não fosse essa oscilação entre bons e maus administradores. A fazenda poderia sim ter uma participação muito maior e mais qualitativa no comércio de abastecimento do Rio se não tivesse passado pelo descomprometimento de alguns na sua parte administrativa.

Notas

- 1) A. N. Ministério da Fazenda. Cod. 142. V. 01
- 2) A. N. Ministério da Fazenda. Cod. 142. V. 01
- 3) A. N. Ministério da Fazenda. Cod. 142. V. 01
- 4) A. N. Ministério do Império – Casa Imperial. Fazenda de Santa Cruz. Caixa 507. Pct 03
- 5) A. N. – Fazenda Nacional de Santa Cruz – Cx. 507. Pct. 02
- 6) A. N. – Fazenda Nacional de Santa Cruz – Cx 507 – Pct. 02
- 7) A. N. – Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação – Cx. 443. Pct. 01
- 8) A. N. – Fazenda Nacional de Santa Cruz – Cx. 507 .Pct. 02

Bibliografia

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil - Por suas drogas e minas*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1982.

- BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil* (dores de crescimento de uma sociedade colonial). 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- CORACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina*, São Paulo Ed. Ática, 1982.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 - c.1840*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz*. Fazenda jesuítica, real e imperial. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas Ltda. 1985. 3v.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio*. A interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*. 5a ed. Rio de Janeiro: Lacerda Editores. 2000.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Artes e Ofícios. Rio de Janeiro: Acervo da Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras.
- _____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 6T. caps. I, II, III, IV. Rio de Janeiro, Acervo da Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. 2a ed. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca. 1992.
- PEIXOTO, Léa Quintiere Cortines. *Principais Antigos Caminhos Fluminenses para as Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Estadual, 1951.
- SANTOS, Francisco de Agenor Noronha. *As Freguesias do Rio Antigo- 1875-1954*. RJ. Ed. O Cruzeiro. 1965

Fontes Primárias

Arquivo Nacional

Fazenda Nacional de Santa Cruz. Ministério do Império – Casa Imperial – Fazenda de Santa Cruz. Caixa 507, Pc. 02 1801 – 1817 e Pc. 03 1816-1848.

Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Contadoria da Junta do Comércio. Código 173, Vol. 01. 1810-1827.

Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação – Junta do Comércio, Estradas, Pontes e canais, Despesas e Relatórios sobre obras – Caixa 443, Pc. 01.

Ministério da Fazenda. Registro de avisos e portarias da Junta da Fazenda Real – Real Erário – Tesouro Público. Código 142, Vol. 01.

(Recebido para publicação em 18/05/2011)

